

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-02-2019.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Alvoni Medina, Idenir Cecchim, este em tempo cedido por Mendes Ribeiro, Nelcir Tessaro, Adeli Sell, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Reginaldo Pujol, Aldacir Oliboni e Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cláudio Janta. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Cassiá Carpes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Dr. Goulart, Adeli Sell e Nelcir Tessaro. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 169/18 e o Projeto de Resolução nº 003/18; em 2ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 006/18, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 164, 172 e 176/18, este discutido por Cláudio Janta, e os Projetos de Resolução nºs 012, 039, 041 e 038/18 e 001/19, estes dois discutidos por Adeli Sell. Na ocasião, foi apregoado o Ofício nº 076/19, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19 (Processo nº 0044/19). Durante a Sessão, Aldacir Oliboni manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Fabrício Tavares, Éder Blanck e Marcos Ferreira, respectivamente Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Secretário da Câmara Municipal de Pelotas – RS. Às dezesseis horas e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Boa tarde, Sra. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos assiste através da TVCâmara, bem

como os presentes nas galerias. Hoje estou aqui para falar de um assunto de extrema importância: a reciclagem! Vocês sabiam que aquela tampinha plástica, que você ignora ao jogar no lixo, tem movimentado uma economia solidária e sustentável no Rio Grande do Sul. Há dois anos, um projeto socioambiental chamado Tampinha Legal incentiva que entidades assistenciais colem, separem e reciclem tampas PET, para fomentar a economia solidária e arrecadar fundos para as necessidades de cada instituição. Hoje, são 150 entidades assistenciais que fazem o recolhimento deste material no Rio Grande do Sul. Inspirado nesse grande projeto, o nosso gabinete resolveu lançar uma campanha de arrecadação semelhante em Porto Alegre. Já foram arrecadados mais de 1 milhão de tampinhas plásticas, o que equivale a mais de 2 mil quilos.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alvoni Medina, cumprimento V. Exa. por essa iniciativa. Já cumprimentei os membros do meu gabinete, a assessoria, que também começou esse belo trabalho, recentemente. Eu já falei para a Vereadora-Presidente que nós deveríamos tentar, este ano, ver e rever toda essa questão de sustentabilidade dentro da Câmara, inclusive com a questão dos resíduos. Portanto, louvo V. Exa. pela iniciativa, estamos juntos nesse processo, e acho que a Câmara inteira vai se engajar, efetivamente, nesse processo. Obrigado.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Muito obrigado, Ver. Adeli Sell. Então já juntamos, em 2018, em torno de 1 milhão de tampinhas plásticas, que equivalem a mais de 2 mil quilos, os quais foram destinados para diversas entidades assistenciais que fazem a coleta e reciclagem em Porto Alegre. Inclusive, nós temos imagens sobre isso.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Instituições foram beneficiadas com essa arrecadação. A campanha de arrecadação iniciou em janeiro de 2018 e, durante os 12 meses, beneficiou entidades ligadas à causa da pessoa com deficiência e à causa animal. São mais de 20 pontos de coleta espalhados pela Zona Norte de Porto Alegre, além das pessoas que fazem doações diretamente no gabinete. Na tela, podem ser vistas algumas das entidades beneficiadas com as doações arrecadadas, lugares em que as pessoas utilizam essas tampinhas para vender e para ajudar também nas suas despesas. Além de beneficiar o meio ambiente com a reciclagem desses materiais plásticos, a arrecadação e a doação de tampas possibilita investimentos em outras áreas dessas instituições, como manutenção das edificações e compra de novos equipamentos. Na prática, a tampinha vira moeda solidária. De acordo com os estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Economia e pela Fundação Getúlio Vargas, para a Associação Brasileira de Embalagem, no ano de 2017, o plástico representou a maior participação no valor da produção de embalagens no País, correspondente a 38,85% do total. Dentre os materiais recicláveis, a tampa plástica é o que possui uma melhor valorização na

venda, pois o material é nobre e poderá ser utilizado nas grandes indústrias para confeccionar uma gama maior de produtos coloridos. As tampas plásticas podem ser de garrafas PET, sucos, leites, margarinas, sorvetes, remédios, pastas de dente, produtos de limpeza, produtos de higiene, perfumes, xampus - são muitas opções, como vocês podem visualizar no telão.

Vale ressaltar que a conscientização de empresas e dos cidadãos sobre a economia, Presidente, deve ser pensada desde a base. E a nossa campanha vem justamente trabalhar nesse sentido, estimulando a correta destinação das tampas de plástico, ainda gerando recursos para entidades assistenciais através do engajamento da sociedade. Você deseja entrar nessa campanha para ajudar as entidades? Traga a sua doação de tampinha e nos ajude nessa luta. As doações podem ser entregues no nosso gabinete, na sala 205, ou também podemos fazer o recolhimento através do agendamento pelo telefone (51) 3220-4275. Agradeço, com carinho, a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente; colegas vereadores; quem está acompanhando. Estamos acompanhando, pela imprensa, novamente – eu acredito que todos – estarecidos a Associação dos Transportadores de Passageiros pedindo um reajuste de 9% nas passagens de ônibus de Porto Alegre. Descaradamente a ATP pede esse reajuste. Eu falo descaradamente, porque o reajuste dos trabalhadores rodoviários, em Porto Alegre, foi de 3,4%, que, conforme várias vezes já defendido nesta Casa, é um dos maiores índices do cálculo da tarifa. Além disso, as empresas tiveram o benefício na redução do valor do diesel, pelo governo federal. Eu tenho uma ação na justiça, onde tiveram que apresentar as planilhas comprovando que houve uma boa redução. Tiveram 50% de redução na segunda passagem; agora, as pessoas têm que pagar a segunda passagem. Esta Casa, no final do ano, aprovou a retirada da isenção para 60 anos, agora é só para 65 anos. Eles tiveram uma racionalização e uma otimização de linhas, coisas que já vêm fazendo; é um puxa-puxa as linhas na cidade de Porto Alegre. Há projetos tramitando nesta Casa que discutem a passagem do estudante, retiram o cobrador em determinados horários e cria isenções. Além disso, se vê, seguidamente, na imprensa o não cumprimento de leis aprovadas nesta Casa, como o ar-condicionado nas frotas, o reconhecimento facial e a automação do sistema de transporte de Porto Alegre, que não foram cumpridos; e a última agora, quanto à vida útil dos ônibus. E ainda querem um reajuste de 9%? O que mais subiu até agora foi o material escolar, que quase chegou a 9%. Mas o que eles têm que fazer e não estão fazendo: as empresas de transporte coletivo, num todo – ônibus e lotação – têm que discutir o sistema de transporte. Não adianta – e tenho falado isso aqui na tribuna e em vários locais – a ATP querer sangrar, querer tirar mais das pessoas que usam o transporte coletivo. Agora nós temos o táxi e o aplicativo compartilhado a

R\$ 3,00. Eles querem uma passagem a R\$ 4,70. Três pessoas, juntas, vindo do mesmo bairro, da mesma rua, da mesma região, ao pegarem um aplicativo ou um táxi, não vão mais querer andar de ônibus. Qual é o valor que eles vão querer pela passagem? Tem-se que discutir o sistema de transporte num todo, e não querer sangrar as pessoas que ainda andam de ônibus na cidade de Porto Alegre. É sabido por todos os pares aqui que eu sou dirigente do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre. Vários trabalhadores têm nos procurado para fazer acordo para não receberem mais o crédito do TRI, do vale-transporte, e receberem esse valor em dinheiro, para usarem em aplicativos. Cadê a inteligência desses cidadãos, que montaram um negócio na cidade de Porto Alegre, que pegaram uma concessão na cidade de Porto Alegre, e que estão vendo seu negócio minguar, mas ficam insistindo numa coisa que a população não tem mais como pagar? E agora ainda querem um reajuste de 9%. Já foi feito tudo o que podia ser feito e isso está comprovado; faltam apenas duas ou três coisas nesta Casa a serem feitas, que dizem que irão baixar a passagem. Já se comprovou, nas discussões dos projetos, que não iriam baixar a passagem, como realmente não aconteceu. A passagem hoje custa R\$ 4,30 e a associação quer um reajuste de 9%, passando esse valor para R\$ 4,70, sendo que o reajuste dos rodoviários foi de 3,4%. Eles tiveram isenção no valor do diesel, não cumpriram várias exigências do Executivo, como o ar-condicionado, o período de anos na frota e a identificação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria aproveitar, nesta quinta-feira, para elogiar alguns colegas. Todos são colegas maravilhosos, não tenho nenhuma rixa pessoal com nenhum vereador, graças a Deus, tenho o maior respeito pelos 36 vereadores que aqui comungam com a gente. Mas queria fazer referência a dois vereadores que chegaram agora como titulares, o Ver. Cláudio Conceição e o Ver. Rafão, pela humildade, por quererem aprender, por quererem fazer as coisas certas. Temos que reconhecer isso publicamente, e eu o faço daqui da tribuna, porque pessoas como vocês engrandecem o parlamento. Vocês trazem as coisas sérias em que acreditam, trazem o pensamento da comunidade, expressam aqui aquilo que um vereador tem que fazer – convivência boa com os colegas, e a doação para o cargo ao qual foram guindados pela população. Por isso eu queria cumprimentá-los e fazer esse reconhecimento. O Ver. Rafão não está aqui no momento, mas certamente está ouvindo isso. E, pela participação que têm os dois, tanto no plenário quanto nas comissões, eu espero sinceramente vê-los, aqui nesta Casa, por muito tempo, até se elegerem deputados.

Dito isso, eu acho que nós estamos numa época em Porto Alegre de distensionamento. Eu acho que cada um tem que defender, aqui, aquilo que pensa. A

Ver.^a Karen tem a posição dela, e temos que respeitar; o Ver. Pujol tem a sua, é o nosso decano; o Ver. Nelcir Tessaro, que foi um grande presidente da Casa e está aqui, sentado na sua bancada, fazendo aquilo que precisa ser feito. Então, numa quinta-feira, quando temos um espaço livre para falar e não temos a votação, eu acho que é bom reconhecer os nossos colegas, aqueles que têm uma causa, como, por exemplo, a Ver.^a Lourdes, que tem a causa animal como sua proposta; ela a defende, com conhecimento de causa, e faz de coração. Acho que isso engrandece o mandato de cada vereador, engrandece as proposições de cada vereador. Eu, que já estou um pouquinho mais velhinho, quero reconhecer aqui essas pessoas. Como eu reconheci os vereadores Rafão e o Cláudio Conceição, quero reconhecer o Ver. Tessaro, que já foi presidente e está aqui na bancada, tranquilo, sem rompante. Tenho certeza de que V. Exa., Mônica, quando sair desta bancada, irá pela planície tranquila. Então é isso que o povo espera de cada um. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente; senhores e senhoras vereadores; público que nos assiste. Hoje eu venho à tribuna para falar de um projeto do Ver. Moisés Barbosa, nosso colega vice-líder do governo. Eu acho o projeto muito importante para a Cidade. Hoje, nós temos cerca de 7,5 mil pedidos de podas em Porto Alegre. Esse projeto permite que os proprietários dos imóveis façam a poda – claro que acompanhada de um laudo – em frente às suas residências ou até dentro dos seus pátios: não em frente à residência dos vizinhos. Permitir essas podas será muito importante, irá facilitar muito, porque vemos árvores em certos locais, como calçadas, muros das casas, ruas, sendo danificadas pelas raízes das árvores, que têm que ser retiradas. Hoje é uma dificuldade fazer-se a poda. Mas, por outro lado, há também a crítica dos moradores dessas casas. Eles dizem que pagam o IPTU e mais todos os impostos municipais, e quem vai pagar pela poda são os proprietários! É um serviço que deveria estar a encargo do Município, mas, como o Município não pode indenizar os gastos com a poda, quem sabe, no futuro, não seja dado um desconto no IPTU aos que registraram as podas de seus terrenos na Secretaria de Serviços Urbanos, uma vez que se trata de uma melhoria para a cidade de Porto Alegre.

Eu quero aproveitar o momento, já que estamos tratando das podas, para ressaltar que há lugares em que os ônibus roçam suas laterais e a parte de cima em árvores, arranhando, danificando o veículo, e essas árvores têm que ser retiradas. Então, queria pedir à EPTC ou à Secretaria de Serviços, para que, pelo menos, façam as podas nos semáforos de Porto Alegre, nas esquinas de Porto Alegre. Temos diversos locais onde não conseguimos ver se o sinal está verde ou vermelho, mesmo estando embaixo dele, porque as árvores impossibilitam a visão do motorista. É o caso da Av. Neusa Goulart Brizola, esquina com Av. Protásio Alves, onde é uma dificuldade acessar a Av.

Protásio Alves, porque não dá para ver o semáforo. Também na esquina da Rua Vicente da Fontoura com a Av. Neusa Goulart Brizola; aqui no Menino Deus, também, na Av. Bastian, onde a sinaleira próxima ao supermercado Zaffari está totalmente coberta pelos galhos de uma árvore. Então, também há de se cuidar, a poda deve ser feita pelo Município de Porto Alegre, pela Secretaria de Serviços Urbanos.

Ontem, eu fiz uma proposta para o Ver. Moisés Barboza acionar a nossa Defesa Civil de Porto Alegre. Lembro que nós estivemos à frente da Defesa Civil, em 2015 e 2016, e conseguimos, na época, um convênio de doação de 12 motosserras. Parte delas ficou com a Secretaria de Serviços outra parte com a Defesa Civil, e outra, na antiga SMAM. A nossa Defesa Civil de Porto Alegre só atua no momento em que há uma necessidade: uma enchente, um incêndio ou quaisquer outros danos ou riscos às pessoas em Porto Alegre. Nesse outro período em que não há a necessidade de a Defesa Civil estar atuando nas ruas, por que não se fazer um convênio com a própria Defesa Civil, que tem agentes qualificadíssimos? Eles podem, sim, fazer essas podas nas sinaleiras de Porto Alegre. Então, é muito importante fazer essa parceria, eu acho que a transversalidade das secretarias, como já aconteceu aqui no Município, é muito importante: que uma secretaria, quando tem dificuldade de executar os seus serviços, busque uma outra parceira para assim fazê-lo, como ocorreu na época da grande enchente, do vendaval, no dia 29 de janeiro de 2016, em que, em 24 horas, tivemos praticamente umas 2 mil árvores caídas em Porto Alegre, a mobilização foi de todas as secretarias, principalmente da defesa Civil, que atuou dia e noite. Então, fica aqui a sugestão para o nosso governo: que utilize a Defesa Civil para ser parceira nas podas das árvores justamente nas esquinas das sinaleiras de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, no tempo da Ver.^a Sofia Cavedon.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, a fala do colega Nelcir Tessaro, na verdade, nos faz um convite para um passeio por algumas questões a serem resolvidas na Cidade, alguns problemas a levantar e, como tenho dito sistematicamente, pela busca de soluções. É preciso ser ousado. Todos aqueles governantes que passaram pela Prefeitura, como prefeitos e secretários, e que tiveram distinção é porque ousaram e estavam à frente do seu tempo. Lembro aqui o Loureiro da Silva, tanto na sua primeira como na sua segunda gestão, o quanto fez diferença. O próprio Otávio Rocha, ao abrir o centro da Cidade com a Cidade Baixa, fazendo o cruzamento para a zona Sul de Porto Alegre, via viaduto Otávio Rocha, a tantos e tantos anos atrás - comemoramos este ano os seus 87 anos. O Ver. Tessaro levanta aqui a questão das podas. Eu mandei para o secretário, tanto o da SMSURB, o Ramiro, quanto o da SMAMS, o relato de várias árvores cortadas indevidamente, em que inadequadamente deixaram o toco. Uma delas, inclusive, trazendo um perigo enorme, em plena Av. Salgado Filho, porque ela caiu, e estão todas as felpas daquela árvore para

cima, podendo causar, inclusive, um grave perigo para transeuntes, especialmente para idosos e pessoas que têm deficiências, como cegos, e caírem ali.

A questão da lei, atualmente em vigor, tem vários erros e várias incongruências, inclusive, aquelas que o Ver. Tessaro levantou aqui, como, por exemplo, o pagamento que tem que ser feito para retirar de quem já paga devidamente os tributos.

Plantam-se árvores equivocadamente em Porto Alegre. A primeira discussão sobre o plantio de árvores se deu na década de 20, quando o Protásio Alves estava no Rio de Janeiro, com sua esposa, sendo tratada pelo Dr. Couto, grande médico, em 1925, ou 26 – 26, provavelmente –, e escreveu uma carta para o seu filho, dizendo: “Fala para o Otávio [na verdade, o Otávio Rocha] que aqui no Rio plantam-se árvores nas calçadas”. Explicou a importância que tinha o plantio de árvores na calçada – década de 20, no Rio de Janeiro, e foi o Otávio Rocha quem começou esse processo. O Guilherme Socias Villela, quando prefeito, fez um dos parques mais importantes da Cidade – a gente conhece e conhece bem – o Marinha do Brasil, como também o Mascarenhas de Moraes, dois centro comunitários – está me chamando a atenção o Ver. Bosco, que também foram obras do Villela. Mas estou falando agora, especialmente, da sustentabilidade, não que as piscinas não sejam, mas a questão é da arborização, o Parque Marinha e o Mascarenhas de Moraes são muito importantes e foram feitos pelo ex-prefeito Guilherme Socias Villela. Como podem ver, foram feitos com visões políticas diferenciadas. Nós precisamos falar dessas questões, porque não é qualquer árvore que se planta numa cidade, nós não temos um plano de arborização seguido. Existe um plano de arborização, V. Exa. sabe disso, não é Ver. Bosco? Já se discutiu isso aqui nesta Casa. Agora, nós queremos, e o meu mandato vai começar, nos próximos dias, um trabalho sobre o tema do replantio de árvores na cidade de Porto Alegre. Tem uma rua no Centro de Porto Alegre, Rua General Andrade Neves, onde não tem nem uma árvore plantada, nem um arbusto. Na Av. Borges de Medeiros cortaram tudo que é árvore possível e imaginável, e não foram repostas. Nós...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): ...Exatamente a pergunta que faço e que não quer calar, Ver. João Bosco Vaz, por que não árvores frutíferas? No Norte do País, verifiquei que há muito plantio de frutíferas, claro, aquelas que dão sombra, ou são menores, porque, muitas vezes, o arbusto é tão importante quanto uma árvore frondosa, porque isso cria todo um ambiente na cidade, inclusive o plantio de árvores com florações distintas - Ver. Cassio Trogildo, sempre preocupado com a questão dos produtos orgânicos -, e não vamos tê-los no futuro se não houver a questão da abelha, da vespa fazendo exatamente a polinização. Por isso, Ver.^a Mônica Leal, levanto essa questão aqui para o bem da cidade de Porto Alegre, na esteira do que colocou o Ver. Nelcir Tessaro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu quero trazer um assunto que eu comecei a tratar logo após o início do nosso recesso, lá em dezembro, quando eu fui pagar o IPVA. Eu, curiosamente, peguei a guia do IPVA para saber o que eu estava pagando. Surpreendentemente me deparei com uma taxa de entrega do documento em casa de oitenta e quatro reais e alguma coisa, que agora pulou para R\$ 87,00. Eu pedi que o meu assessor viesse até a agência dos Correios aqui na Casa, para saber quanto custa enviar um documento pelos Correios: custa R\$ 16,00. Só em Porto Alegre são 700 mil carros, só em Porto Alegre! E agora vai falar o jornalista: se tu mandas fazer um livro, fazer um jornal, se tu imprimires mil exemplares, é um preço; se tu imprimires cinco mil exemplares, é outro preço, mais barato. Só para Porto Alegre, tem que imprimir 700 mil documentos, mais motos, mais uma série de coisas. Aí tu vais para o Estado todo... Então, aquele documento não pode custar o preço que eles estão cobrando para entregar em casa: R\$ 87,00 é a taxa de entrega do documento pelos Correios.

Nós fizemos um pedido de informações ao Detran. Pela Lei de Acesso à Informação, eles têm dez dias para responder, mas não responderam até agora. Já se passaram 30 dias! Não responderam! Eu gostaria de saber quanto custa cada documento para ser impresso, onde foi impresso, qual é o lucro do Detran com isso? Quanto fica para o Detran? Onde são investidos esses milhares e milhares de reais? Fiz dez ou quinze perguntas.

Já ouvi muita gente reclamando, e com razão, que inventaram essa placa do Mercosul, com um custo de R\$ 250,00. Mas quem inventou essa nova placa não foi o usuário; alguém tem uma fábrica de placas, só pode! Agora, compro um carro e sou obrigado a pagar R\$ 250,00 pela placa?! E quanto ao envio do documento do IPVA, são cobrados R\$ 87,00 – isso é uma exploração, isso é um absurdo, que, aliás, não é deste governo, já vem de vários governos. E quem paga? Sempre é o povo que paga, é o usuário que paga, e ninguém dá explicação.

Por isso este País está numa esculhambação, porque as pessoas perderam a noção, as pessoas perderam os valores, as pessoas perderam os limites, e não acontece nada, ninguém cobra nada, ninguém pune ninguém. Está todo mundo pagando essa taxa e o Detran arrecadando milhões e milhões, sem que ninguém saiba para onde vão esses valores, para o que vão, como é feito, quando, na verdade, se eu pegar o mesmo documento e mandá-lo para o Ver. Janta, pagarei R\$ 16,00. Por que o usuário não pode retirar o documento no Detran? Não pagaria nada! Mas, não; tem que embutir a taxa.

(Aparte antirregimental do Ver. Cláudio Janta.)

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): O Ministério Público até agora, nada. Então, quero deixar registrado aqui que o Detran não atendeu a Lei de

Acesso à Informação, não respondeu as questões que fizemos, e ainda aumentou a taxa de R\$ 84,00 para R\$ 87,00 nesse meio tempo. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, aproveitando este período de Comunicações e que o Ver. Alvoni falou sobre captação de recursos em programas sociais, também quero destacar que o Programa Tampinha Legal foi já incorporado a algumas entidades de proteção animal no Rio Grande do Sul, devidamente registradas, e que estão captando esse recurso para atender o controle populacional e outras questões relativas à causa. Isso auxilia muito. Pode passar despercebida uma captação extra, porque essas entidades e as entidades de outros segmentos lutam com dificuldade de captação de recurso, principalmente recursos públicos, como também há a responsabilidade social de bancos, empresas, porque tem que ter uma certa capacitação para chegar a esse nível e conseguir ser selecionado. Tivemos uma grande seleção da Coca-Cola, em que nossas entidades se inscreveram, também as do meio ambiente, sendo vitoriosa uma grande entidade do meio ambiente. Quero então cumprimentar o vereador por trazer ao conhecimento do plenário esse programa de captação social.

Agora quero falar de outro programa existente. Há uns 14 anos, mesmo mudando o governo estadual, sempre o programa permanece, coordenado pela Secretaria Estadual da Fazenda. Mudam os nomes, mas o programa é o mesmo, é o Nota Fiscal Gaúcha, que atendia três segmentos – educação, saúde e assistência social – e, em 2017, nós conseguimos justificar, porque as entidades de proteção animal também realizam um trabalho social, e inscrevemos, no cadastro social estadual, as ONGs devidamente registradas, com dois anos comprovados de funcionamento. Foi o primeiro Estado que fez essa aceitação e, com a captação de CPFs novos, aumentaram a arrecadação e a fiscalização foi significativa, porque foi aprovado, para 2018, R\$ 1 milhão, sendo que todo indivíduo que cadastrar seu CPF também concorre a prêmios. Assim essas entidades não retiram recurso nenhum dos outros segmentos que também necessitam, como APAE, hospitais, principalmente do interior, e ganham seus recursos mediante inscrição de novos CPFs no Programa Nota Fiscal Gaúcha. É um grande programa, e já se aprovou para este ano, através do deputado Gabriel Souza, que é médico-veterinário, R\$ 2 milhões no orçamento. Então, essa não foi uma inclusão apenas para um período: ela ocorrerá enquanto a Secretaria Estadual da Fazenda assim entender, porque eles fazem uma mensuração do que entra de recursos com a captação de CPFs, com isso, aumentando a arrecadação e também a fiscalização, porque, através da colocação do CPF na nota, já ficam ali, via sistema, registradas as compras e o imposto devido. O plenário também pode divulgar este programa estadual que atinge

todo o Estado na área da educação, saúde, assistência social e proteção animal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, há pouco, conversando com um colega, ele me inquiria sobre um tema que ele pudesse abordar aqui na tribuna. Eu sugeri alguns, mas, para todos, ele me apresentou algumas justificativas de não fazê-lo. Basicamente ele dizia que eram problemas em que ele compreendia a dificuldade dos governos e que não queria neles se aprofundar. Eu entendo que, em determinados casos, é possível que, de uma forma honesta, a gente faça algum registro que inevitavelmente pode ser entendido como uma crítica a este ou àquele governo. Um deles é muito momentâneo, permanece aqui e acolá, existem esforços no sentido da sua equação, mas logo ali adiante o assunto volta à realidade e se transforma num verdadeiro círculo vicioso. Estou me referindo a um problema sobre o qual pessoalmente tenho, várias vezes, ocupado esta tribuna, feito algumas manifestações por escrito e agora renovo as mesmas. Refiro-me ao chamado morador de rua, que, na opinião de alguns, goza do direito de ir e vir e, por conseguinte, pode se instalar na via pública. Até bem pouco tempo, o lugar escolhido era o viaduto Otávio Rocha. E nós, inúmeras vezes, postulávamos ao governo providências exatamente nesta área que pudessem representar um verdadeiro exemplo da discordância do Município com esse tipo de política falsamente assistencial, que estimula, até pela omissão, a renovação de situações como a que conhecemos por longos anos no viaduto Otávio Rocha e que, presentemente, nos últimos 90 dias, quando muito, se encontram bastante contornadas. Mas, como previa o prefeito da Cidade, na discussão que fizemos sobre o assunto, nós só conseguimos, Ver.^a Mônica, transferir de local o problema, porque aqueles que estavam ocupando permanentemente a área do viaduto Otávio Rocha passaram a ocupar outras áreas próximas, especialmente na proximidade do Cinema Capitólio, tido como monumento histórico de Porto Alegre, fruto de uma grande negociação, encaminhada por esta Câmara, quando aqui se encontrava o Ver. Antonio Hohlfeldt, vinculada à área cultural, que conseguiu armar um esquema – acho que o Cassiá ainda era vereador – pelo qual a família proprietária do imóvel, num fato, à ocasião não comum, recebeu o potencial construtivo do imóvel, situado na área central, com direito de transferi-lo para qualquer ponto da Cidade, o que lhe deu a recuperação econômica da perda do patrimônio. Então, esse módulo que, tão duramente foi conquistado pelo patrimônio da Cidade, começa a se desgastar. Faz pouco tempo que ele foi recuperado, e isso não foi motivo de grandes festejos, como hoje eu estou a reclamar a circunstância de que ele seja o alvo preferido por essas pessoas que certamente foram deslocados do viaduto Otávio Rocha e que agora ali se encontram. Aliás, essa região de Porto Alegre, nas proximidades do Largo dos

Açorianos, convive com alguns problemas e algumas situações que são marcadas ao longo do tempo e que já festejaram alguns aniversários, entre elas a recuperação do Largo dos Açorianos, que é também monumento histórico da Cidade, que está, há três ou cinco anos, com obras que têm tido as maiores dificuldades; e agora pensou que, no 80º anúncio de solução, se anunciaria para que, neste ano, as coisas ficassem resolvidas aqui, no particular.

Então, Vereadora-Presidente, eu trago esses assuntos a Vossa Excelência. Não posso culpar este governo, o governo anterior, ou qualquer outro governo, mas quero dizer que essa situação negativa, no entendimento de cada um de nós, existente na Cidade tem que ser denunciado da tribuna, referida da tribuna como uma demonstração de que nós não somos cegos aos reclames da comunidade, especialmente no caso concreto dos moradores da parte final do Centro Histórico de Porto Alegre e do início da Cidade Baixa. Era esse registro, Vereadora-Presidente, que eu gostaria de fazer neste dia, aproveitando o período regimental que me foi deferido. Muito obrigado pela atenção de Vossa Excelência.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Queria saudar nossa Presidenta da Casa, Ver.^a Mônica, colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Queria, nesse período de Comunicações, fazer um apelo ao governo municipal, ao prefeito Marchezan e ao seu secretário da Saúde, para que não abandonem o Pronto Socorro Municipal, não abandonem o Pronto Atendimento da Bom Jesus, nem o PACS da Cruzeiro, porque a impressão que têm aqueles que são atendidos lá, bem como os trabalhadores, é de que estão sendo abandonados. Os serviços terceirizados, a partir de hoje, não teriam mais alimentação. Os trabalhadores do serviço terceirizado, da nutrição, da cozinha e da portaria, não teriam mais o fornecimento da alimentação. Eles não têm sequer um local para poder, em caso de querer levar a alimentação de casa, esquentá-la. Esses mesmos trabalhadores, desde novembro, não recebem os seus salários. No final do ano, receberam R\$ 800,00 referentes a novembro, mas, desde dezembro, infelizmente, os trabalhadores dessas empresas terceirizadas não recebem. Qual a justificativa do governo? É que a empresa terceirizada não teria entregue a documentação em tempo hábil. Mas que empresa fajuta é essa, Ver. Bosco? Que licitação foi essa? Quer dizer que você contrata uma empresa antes mesmo de averiguar a documentação? Então, essa empresa é de fundo de quintal, nobre Presidenta Mônica? É inadmissível! É como eu disse ontem: o governo está perdido, fora de foco. E o secretário teria que vir aqui, o certo é que ele teria que vir aqui no Parlamento para dar satisfação dessa tamanha incompetência de gestão e irregularidade, que acaba interferindo na vida do funcionário, embora terceirizado, é um cidadão como nós, que merece o respeito e a dignidade pelo contrato de trabalho. Mas, infelizmente, essas

empresas terceirizadas – possivelmente, de fundo de quintal, não tendo documentação hábil para entregar em tempo – só podem ser algo suspeito. Vem aqui o nosso protesto de indignação, mas de tamanha indignação, não são apenas algumas pessoas, são três locais de pronto atendimento público: HPS, PA da Cruzeiro e PA da Bom Jesus, que, inclusive, quando fornecida alimentação para pacientes, no caso do HPS e do PA da Cruzeiro, a alimentação não chega em tempo ou não chega com a qualidade devida.

Venho aqui fazer esse protesto, em nome dos trabalhadores, porque é inadmissível, com tamanho aporte e recursos suficientes que o governo tem, cometer tamanha irregularidade. Então, é descabido perceber que nós estamos na capital do Rio Grande do Sul e que ela está tão incompetente e que o menor município do Estado não tem esse problema. O que se imagina ser barato pode custar muito caro, como essa ideia da terceirização dos serviços públicos. Trago aqui a minha indignação e o meu pedido de socorro ao governo municipal para que resolva isso de uma vez por todas. Caso contrário, o Ministério Público tem que tomar a frente nesse processo, imediatamente afastar essa empresa, constituir uma nova alternativa para poder viabilizar o atendimento dos pacientes, dos servidores, mas também retorno da dignidade a estes que, por sua vez, fizeram um contrato de trabalho. E quem é que vai pagar esses servidores? Quem é que vai pagar ou passar a fornecer a alimentação a partir de amanhã, se, a partir de hoje, não for mais fornecida? Fica aqui o nosso registro e a nossa indignação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Gostaria de agradecer a visita do presidente da Câmara Municipal de Pelotas, Fabrício Tavares; do 1º vice Éder Blanck, 2º secretário Marcos Ferreira, mais conhecido como Marcola. Sejam muito bem-vindos. Sei que os senhores estão visitando a nossa Casa Legislativa, estamos em uma sessão plenária, os senhores aguardem o Diretor-Geral para fazerem uma visita guiada. Fiquem à vontade.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, queria fazer um registro aqui, pois nós falamos tanto em saúde, cobramos do governo, mas infelizmente aqui na Câmara Municipal o serviço de saúde está sem técnico de enfermagem. Portanto, gostaria que V. Exa., como Presidente da Casa, pudesse, imediatamente, resolver o caso. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu posso responder imediatamente a V. Exa., Ver. Aldacir Oliboni. Já foi solicitado um técnico de enfermagem para o nosso ambulatório. Já tomei providências.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste e nos escuta, através da Rádio Web e da

TVCâmara, o que o Ver. Aldacir Oliboni falou, as pessoas talvez não entendam do que estamos falando aqui. Não estamos falando de uma pessoa que está trabalhando num escritório, de uma pessoa que está trabalhando aqui. As pessoas seguidamente nos ouvem falar da questão do restaurante da Câmara. Nós não estamos falando de questões pontuais. Estamos falando de médicos, de enfermeiros, de técnicos em enfermagem que estão em determinados locais cuidando de vidas, fazendo cirurgias, atendendo pessoas com crises psicóticas, atendendo pessoas que estão com problemas de saúde e que teriam que ser cuidadas e alimentadas – isso no horário normal de trabalho. Estamos falando também na noite, na madrugada. Quem aqui nunca teve algum ente querido, algum amigo, algum parente internado em um hospital? E viu, seguidamente, aquela batida suave na porta, entrando um auxiliar com a alimentação do paciente. Lembrávamos, o Ver. João Bosco e eu, que antigamente até o acompanhante ganhava alimentação. Enfim, entra aquela bandejinha com a alimentação dos pacientes. É disso que nós estamos falando, do que está acontecendo no Pronto Atendimento da Cruzeiro, no Pronto Socorro, na UPA da Lomba do Pinheiro e na UPA da Bom Jesus: as pessoas que lá estão internadas não estão recebendo a sua alimentação, que é garantida por lei. Os profissionais que lá estão atendendo a população não estão recebendo a sua alimentação no seu local de trabalho. Aí não adianta dizer que vão dar tíquete. Imaginem uma pessoa que está no bloco cirúrgico, sair e trocar-se todinha. Vou pegar o exemplo do Pronto Socorro: um cirurgião troca-se todo, bota a sua roupa, vai lá, faz a sua refeição e volta. Tem de se limpar todinho de novo, trocar-se todinho e voltar para o bloco. Nesse meio tempo, o que pode ter acontecido? Qual é a falta que esse profissional vai fazer? Quem já esteve presente, quem já frequentou unidades de pronto atendimento sabe como é isso. É um cotidiano diário de salvar vidas. Então, muitas vezes, esses profissionais fazem suas refeições no local de trabalho. Como o Ver. Oliboni já falou aqui, eu, ontem mesmo, comuniquei ao líder do governo que encaminhei um pedido de esclarecimento. Fiz isso endereçado à Secretaria Municipal da Saúde, endereçada à liderança do governo, endereçado ao Prefeito, porque tu não podes saber que um contrato está findando e fazer uma outra licitação e não prever que essa nova licitação já tenha que começar a fornecer alimentação para as pessoas. Nós não estamos falando de limpar um chão, não estamos falando de trocar uma lâmpada, nós estamos falando de locais onde se lida com a vida das pessoas. Nós estamos falando de locais cujo objetivo é salvar vidas, é dar bem-estar e dignidade às pessoas. Por isso nós pedimos ao Secretário Municipal de Saúde, ao Governo Municipal que resolva imediatamente essa questão. Dar o tíquete é uma medida paliativa, não vai resolver. O governo não tem como dar um tíquete para um paciente fazer sua refeição. O senhor vai trazer um x-burguer para o paciente comer, um paciente que tem restrições alimentares. Todo paciente que está internado tem restrições alimentares, começa com a gelatina, vai para um caldo e vai indo. Como é que a pessoa vai pegar um tíquete para ir buscar uma refeição? Então, é urgente que a Prefeitura tome as devidas e cabíveis providências, faça um contrato urgente, resolva isso com empresas que atuam em outras áreas na área da saúde, e que possam fornecer alimentação para os pacientes e profissionais que atuam na área da saúde, na Cruzeiro, nos dois postos de atendimento da Lomba do

Pinheiro e da Bom Jesus, e no Pronto Socorro de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo na troca de comando, um abraço à Ver.^a Mônica, que está entregando o comando ao Ver. Reginaldo Pujol, Vice-Presidente da Casa, futuro Presidente, no ano que vem, desta Casa. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar eu quero desejar, Ver. Adeli, muita felicidade – acho que ela é muito importante – na chegada de Iara Wortmann, na Secretaria da Educação do Município, experiente, de diálogo. Inclusive, terça-feira, na nossa Comissão de Educação, sugeri que estivesse aqui o governo, um representante da Educação, como têm estado os do DMAE, da EPTC, da Saúde, porque é um setor muito importante. Agora, com a chegada da reconhecida educadora Iara Wortmann, eu tenho certeza que esse diálogo, Ver. Oliboni, se dará com uma capacidade mais propícia de entendimento. Na nossa Comissão, na terça-feira, estiveram órgãos da educação que confessaram que falta essa intermediação, esses assessores, para dialogar com as escolas lá na ponta, para que cheguem aqui já contornadas as situações. Então, um abraço.

O Ver. Janta falou da passagem, eu fico a me perguntar, há bastante tempo, por que esta Casa não tem a responsabilidade de votar o preço da passagem? Por que nós não assumimos a responsabilidade de trazer para cá, para o plenário, como decidimos IPTU, ITBI, os impostos do município? Por que nós fazemos a avaliação nas comissões, nos rebelamos, não aceitamos? Por que nós votamos isenções ou não, mas não aprovamos ou desaprovamos o valor da passagem, que é feito por um conselho...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): É, o Ver. João Bosco confessou: dá muito problema. Problema nós temos que assumir, se nós estivermos aqui para não assumir problemas, não tem por que estarmos aqui. Também não podemos, a toda hora, nos revoltar que o preço é esse, é aquele, e não assumirmos a responsabilidade. São 36 cabeças a pensar, tenho certeza que – nada contra aquele Conselho – o nosso debate seriam mais amplo, nós somos defensores da sociedade, para defender ou não deixar subir a passagem. O prefeito manda e nós ou acatamos ou não. É para isso o Legislativo. Sugiro que nós possamos pensar, senão nós só criticamos, criticamos e não assumimos a responsabilidade de julgar se o valor da passagem é aquele, realmente, do

momento. Eu não tenho medo da responsabilidade, não! Eu preciso saber, para votar; não vou dar opinião sem saber. Essa é a realidade.

Outra questão que nós poderíamos...

Vereador Cláudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Ver. Janta, com muito prazer, o senhor puxou o assunto e eu completo.

Vereador Cláudio Janta (SD): Eu concordo, até proponho que V. Exa. faça um projeto, e eu, com certeza, assinarei junto com Vossa Excelência. Eu já propus a esta Casa – não obtive êxito – uma mudança no Conselho Municipal de Transporte Urbano. Concordo plenamente com V. Exa.: se nós aprovamos a lei do orçamento do Município, agora mesmo nós estamos discutindo que as pessoas vão poder exercer o direito de podar as suas árvores, se nós podemos discutir, e discutimos esta semana, a questão de solo criado, da área rural, nós podemos discutir, sim, a passagem aqui nesta Casa. São 36 pessoas a pensar, 36 pessoas a discutir, e a própria associação pode protocolar, como as pessoas protocolam os projetos aqui, o aumento, e nós teremos a capacidade de discutir, ver as planilhas, ver tudo isso. Então, eu apoio a sua proposta e serei alguém que estará junto, defendendo que esta Casa volte a discutir a questão da passagem.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Janta.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver Cassiá, além de concordar com a sua opinião, e que pode se transformar em projeto de lei, eu queria dizer que temos uma enorme discordância com o Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtu, porque lá dentro tem sete dos empresários e dois do movimento comunitário, nunca vai se dar uma avaliação que eu diria mais real com a situação em que nós vivemos. Nós aprovamos aqui, não foi com o nosso voto, mas a Câmara aprovou, por exemplo, o fim de algumas isenções, mas não se produziu resultado agora. Então, acho muito importante a sua opinião, na medida em que os critérios que serão adotados para poder aprovar, ou não, poderemos discutir e restabelecer no projeto de lei. Uma boa ideia.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, e vamos pensar juntos.

Outra questão que eu gostaria de dar uma opinião, se fala tanto aqui no DMAE, nas últimas semanas, anos, e eu gostaria de ver a possibilidade de fazermos uma comissão pertinente ao assunto, e solicitar a presença da presidenta do DMAE, para vir aqui explicar qual é a situação do DMAE no momento. Por que está faltando tanta água na Cidade? Na Lomba do Pinheiro, na Zona Sul, na Zona Norte, para desmistificar essa questão do DMAE, senão nós ficamos só na privatiza, não privatiza, e na realidade, nós não ficamos sabendo a real situação neste momento do DMAE, que é

sem dúvida, um órgão importantíssimo. O DMAE é arrecadador, nós pagamos na boca do caixa. Ou seja, tem isenção de Cofins, etc., quer dizer, pode captar dinheiro com isenção de Cofins e outros impostos. Então, temos que começar a avaliar essa situação. Temos que fazer um convite, ninguém quer convocar, nós queremos é ouvir, entender esse processo do DMAE, no momento. Vamos pensar numa comissão que seja pertinente à questão do DMAE.

Agora vou pular um pouquinho para a questão nacional. Eu sou católico, e muitos aqui são católicos. As outras igrejas, queiram ou não reconhecer, entraram na política, lançaram candidatos e fizeram candidatos. A religião católica, que é a minha – com a qual eu não concordo com muitas coisas –, tem que começar a assumir algumas questões. O Sínodo que vai acontecer na Itália, em Roma, com o Papa, vão levar na visão ideológica da igreja católica uma imagem ruim do Brasil, tomara que não aconteça. E ninguém vai me iludir, eu comecei em 2000, aqui como vereador, no tempo que o PT tinha o Orçamento Participativo e outras coisas más, que fizeram em Porto Alegre, e a igreja católica era um braço direito e esquerdo, tudo do PT, nas vilas, fazendo lavagem cerebral das pessoas para a esquerda. E isso existe ainda no Brasil! Ainda tem o resquício dessa esquerda radical que acha que sabe tudo, e que acha que vai resolver e não fez ainda a mea-culpa em relação à quase quebrar os Municípios, o Estado e a União. Não concordo com a Igreja Católica. A Igreja Católica, se tiver coragem como as outras religiões, que lance a sua candidatura, e aí vamos saber quem é quem, se é de esquerda, se é de direita, se é de centro. Agora, ficar escondida assim e trabalhando contra o Brasil não pode. É aquela velha história: tem gente que vai à igreja rezar só domingo e o que faz de bobagem durante a semana é impressionante. Então, temos que ter cuidado também. É o que acontece, o que rezam no domingo, mas aí, chega na segunda, fazem tudo ao contrário.

Quero falar aqui também do governo Bolsonaro, que tem uma esperança muito grande da população brasileira, mas vai ter que ter cuidado porque tem gente do PSL e outros partidos que estão acoplados que não sabem por que elegeram aqueles candidatos, pensam que eles se elegeram sozinhos. Foi uma eleição atípica. O Bolsonaro ganhou a eleição sozinho nas redes sociais, e tem gente desses partidos que acham que se elegeram porque as urnas, porque a sociedade reconheceu o seu trabalho. Não, foi por causa do Bolsonaro. Eles não se deram conta disso. Há deputados, estadual e federal, que vão terminar os quatro anos de mandato, vão voltar para casa e não vão saber por que voltaram e nem por que estavam lá! O perigo do governo Bolsonaro são os seus próprios partidos. Tem gente que não sabe por que se elegeu; umas malas, umas arrogâncias, estão achando que vão ajudar e estão atrapalhando. Votei no Bolsonaro e não escondo: torço por um Brasil melhor, mas jamais vou esquecer das coisas boas e das coisas ruins.

Agora há uma denúncia, para mostrar que a política é assim, não tenho medo aqui de dizer, contra mulheres que foram laranjas na política brasileira, do PSL, em Minas Gerais e Pernambuco. Gente, não vou dizer todos, para não exagerar, mas quase todos os partidos fazem isso. Teve uma campanha, aqui em Porto Alegre, da qual conheci um fato, em que a mulher era candidata e o homem também – o marido e a

mulher. Pensei: vou esperar terminar o pleito para ver quem é que vai fazer mais votos. Porque não tem cabimento: como é que o marido vai ser candidato e a mulher também? E o pior, João Bosco, por partidos diferentes! Fizeram uma lambança, e cada um fez cento e poucos votos. Só para incomodar! Isso existe. Eu quero deixar bem claro que, até então, essa eleição que nós passamos para deputados estadual e federal, havia coligação nas proporcionais. Todos os partidos podiam coligar nas proporcionais, que são para vereador, deputado estadual e deputado federal. A partir da nossa, em 2020, o ano que vem, não terá mais coligação nas proporcionais. Portanto, serão 54 candidatos por partido, 37 homens e 14 mulheres. Vai ser uma lambança, Ver. João Bosco, para conseguir mulher para ter os 37 homens. Cada vez que perde uma mulher, perde um homem.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Perde dois homens, é verdade. Essa é a grande realidade da política. Por isso eu torço que o governo Bolsonaro faça a reforma previdenciária, que é necessária, faça a reforma política, que é necessária, porque esses remendos que fizeram aí não vão adiantar e não adiantaram nada. Que faça a reforma bancária, que nós tenhamos uma melhor saúde, segurança, educação. Que consiga varrer deste País... E que não tenha reeleição! Eu sou contra reeleição no Executivo. Parlamento é outra coisa, aí tu mudas, são 36, a população muda. Mas o cara ser do Executivo... O Brasil só está nesta pior porque houve sequência de governos, às vezes, até corruptos. Tem gente presa. E quase todos cometeram os mesmos erros. Não cortaram esse mal da corrupção pela raiz. O governo Bolsonaro tem a grande oportunidade com um grande ministro, que mudou este País, embora não gostem: o ministro Moro. Essa é a grande questão: mexer nesses cabides de emprego que tem neste Brasil afora, essas estatais, privatizar o que é possível, o que não presta mais, o que só dá cabide de emprego. A Lei Rouanet, que só dá dinheiro para os grandes empresários, para os artistas... E já estou gostando, parece que vão dar também para os centros menores, não só para o centro do País. O BNDES, que dá milhões para os grandes empresários, não dá a contrapartida, que é a geração de emprego e renda; paga apenas 0,70% ao mês. Qualquer um vai num banco e veja se terá crédito a 0,70% ao mês? Como um País deste vai dar certo? Poucos são beneficiados e a maioria é prejudicada. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Boa tarde, Presidente Pujol; boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Vereador Adeli Sell e meu querido visitante de Brasília, onde conseguimos libertar o Hospital Conceição do problema da aposentadoria – lembra disso? – e depois a PUC, devolvendo a filantropia para o Hospital São Lucas. Parabéns, Aldacir Oliboni. Meus queridos, eu estava escutando as palavras do nosso Ver. Cassiá Carpes e estava pensando uma coisa: vocês já se deram conta de que estamos numa situação ilegal quanto aos nossos salários? Tenho que chamar a atenção para isso, porque está ilegal o nosso trabalho. O nosso salário está ilegal. E vocês vão dizer: “Bem que o Ver. Cassiá disse que a corrupção não termina nunca, principalmente nos lugares públicos”. Há dois mandatos, não se cumpre a Constituição, que diz que o salário de um vereador tem que ser 75% do salário de um deputado estadual. Quando fizeram isso nos últimos tempos? Quando?

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sim, até 75% – e aí, quando foi, Bosco? De 75% deram 3%? Bonito, muito legal isso. Já é um salário que é um axé, de miséria, que todo mundo tem medo de falar aqui nesta tribuna, de defender que o salário do vereador é muito ruim. Então, ter uma profissão bem definida... Eu sou médico, exerço minha função no serviço público atualmente, não me interessou mais o consultório privado e eu não tenho vergonha de vir aqui falar, como a maioria tem, que o nosso salário é muito pequeno, muito baixo, Ver. Oliboni. A taxa de gasolina é horripelantemente baixa, também é um problema. Mantém-se a mesma taxa, entra um Presidente e fica com medo. Tem que trabalhar para o povo tem medo de falar esse assunto aqui. Nós temos que falar desse assunto, sim. Por exemplo, se tu tens uma liderança que exerce seu trabalho no Centro, na Restinga e na Zona Norte, como é que com essa taxa de gasolina vai dar para a gente fazer esse trabalho? Não vai dar para fazer, porque são distâncias muito grandes: a Zona Sul é muito longe da Zona Norte. Então não me cabe nenhum constrangimento de dizer para vocês que um vereador tinha que ganhar igual a um executivo de Porto Alegre. Eu duvido que vocês vão encontrar um executivo de Porto Alegre que fique com o salário, com descontos, perto de R\$ 10 mil ou R\$ 11 mil. E, se tiver pensão, que não é o meu caso, mais os descontos, o vereador fica ganhando um salário de miséria mesmo. Isso é uma coisa indigna, a gente tem que se revoltar contra isso! Não pode exercer um bom mandato, na sua plenitude, quem ganha um salário dessa natureza! Não pode exercer o seu trabalho direito, porque tem que trabalhar em outro lugar, tem que trabalhar de noite, tem que ser vigia, plantonista do Sistema Único de Saúde... Alguma coisa vai ter que fazer para complementar sua renda. Ou, aí cabe a interrogação que faz o Ver. Cassiá Carpes aqui, que eu escutei bem o que ele falou. Então, meus queridos, precisamos nos reunir com a Presidenta, discutir esse negócio da lei para que as coisas sejam cumpridas e discutir o “salário-gasolina”. Se, por acaso, um vereador, como eu, tivesse mandato aqui e tivesse um consultório particular, ou mesmo com esses convênios, trabalhando, ele ganharia muito mais do que aqui. Mas, às vezes, os vereadores têm outros compromissos que não

são somente isso, são compromissos de tentar resolver, por exemplo, o problema da saúde.

O Brasil designa recentemente, através do Proadi-SUS, que nós ainda estamos estudando, uma coisa discutível: R\$ 4 bilhões – não para atendimento SUS – para treinamento das pessoas que vão atender SUS, para treinamento, para ensinamento, para residência médica, mas nenhum valor para assistência. Na assistência continua o mesmo problema: a paciente baixa num hospital com tumor e com dor: “Passou a dor? A senhora está de alta e vá para um postinho, minha senhora. Lá no postinho, eles vão marcar a sua cirurgia”. Marcam para quando? O Prof. Alex deve saber, marcam para oito meses depois, dez meses depois. Vocês sabem muito bem que eu sou um médico de ponta – ponta quer dizer aquele que atende lá na vila há 30 anos, aquele que atende em um postinho do SUS na vila e aquele que atende na associação da vila –, e nós não conseguimos baixar as pacientes; elas voltam. E se tu devolveses para o hospital, ele dá um remedinho para dor e manda ela de volta para casa. Está tudo equivocado na saúde, muito equivocado. Não é culpa do prefeito atual, não é culpa do secretário atual nem do ministro atual; é culpa de um sistema que nós temos que enfrentar, que é o único sistema de saúde do mundo que não é pago por ninguém, a não ser pelo governo. Ver. Aldacir Oliboni, quanto tu gastaste para a tua previdência do SUS, para ser atendido pelo SUS? Tu colaboraste com quanto este mês? Zero! Não existe como pagar a previdência de saúde do SUS. Se nós quisermos pagar, nós vamos pagar uma Unimed, IPE, ou outro plano, porque ninguém paga. Esse dinheiro vem de todos impostos que são pagos no Brasil; de um grande caixa único saem os R\$ 128 bilhões que nós temos para a saúde no Brasil. Quatro bilhões de reais para treinar pessoas nos assustam, R\$ 4 bilhões sobre R\$ 128 bilhões é um valor muito alto para treinar. Se vier um americano aqui – estou dizendo coisas para vocês refletirem, uma vez que temos pouca gente aqui, e não se podem tomar grandes decisões de voto, mas de consciência, de conscientização, de conhecimento para poder votar –, se cai um americano em Copacabana, milionário, dono de cinco casas em Miami, ele é atendido na melhor UTI que existe no Brasil, naqueles hospitais de ponta, e não paga um tostão, não paga! Se paga previdência, e o que deve ser cobrado, o SUS não cobra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol na presidência dos trabalhos, colegas vereadores e vereadoras, o posto de saúde do Timbaúva não tem nenhum médico mais. Vou repetir: havia saído um, Ver. Dr. Goulart, o outro está de férias; hoje saiu outro. O posto de saúde do Timbaúva não tem médicos – Dr. Pablo, na direção da Secretaria Municipal da Saúde. Hoje o Djedah não está aqui, mas eu vou mandar o recado: o posto de saúde do Timbaúva não tem médicos. Na semana passada inundou o posto ali na entrada da Cidade, no Humaitá/Navegantes. Tudo debaixo d’água. E mais:

não funciona mais a Oficina do Papel da Secretaria Municipal da Cultura. Repito: não funciona mais a Oficina do Papel da Secretaria Municipal da Cultura. Onde vamos parar? O povo quer saber. A Câmara deveria saber. Vou fazer um pedido de informações, pois é a terceira vez que pergunto aqui, e não tem nenhum representante da base do governo para me dizer onde está a biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, onde havia e deveria haver todas as documentações de urbanismo da cidade de Porto Alegre. Repito: onde está a biblioteca da antiga SPM?

Outra pergunta: por que não tem uma solução e por que não tem nenhuma resposta pública, além da baboseira que me foi dito, de que tinha um acordo para a restauração da Casa Azul no Centro da cidade de Porto Alegre, que tranca duas artérias importantes de Porto Alegre, Rua Riachuelo e Marechal Floriano?

Outra questão: depois de muitos e muitos pedidos, disseram que tinham feito a iluminação na Praça Onze de Dezembro – não é verdade! Um jornalista que já foi assessor de um outro vereador aqui, morador dali, mandou-me o recado ontem com a fotografia da noite: breu, escuridão total no bairro Sarandí, na Praça Onze de Dezembro. Por que mentir? Assumam que não fizeram! E tem sido frequente a resposta da Prefeitura dizendo que a obra foi feita. A mesma coisa de uma rua lá na Vila Nova. Amanhã pretendo ir lá novamente para fotografar, filmar e, pela terceira vez, enviar para o secretário da respectiva pasta, por sinal, esse até responde com uma certa frequência as nossas demandas. Já tem outro que não responde nunca, ou quase nunca. Essas são algumas questões que nós queremos saber. A lista é infundável – infundável! Por isso que eu volto sistematicamente nesta tribuna, Ver. Cassiá Carpes, para fazer esse tipo de cobrança.

Sem entrar nos meandros da política partidária, sem entrar nos meandros das ideologias, já que agora se gosta de discutir muitas vezes ideologias, eu também, Ver. Janta, pergunto-me: que situação dramática essa da Prefeitura com os servidores, com as pessoas que estão internadas e com os serviços terceirizados. Há lugares onde não há nenhum canto para almoço, um lanche, muito menos um refeitório! Agora, o Ver. Janta levanta essa questão, inclusive com as pessoas internadas. Onde está o dinheiro da Prefeitura que foi colocado aqui, que teve uma arrecadação recorde? Houve aumento de arrecadação. Portanto, as perguntas estão postas e, no plenário, mais uma vez, o silêncio dos representantes do Sr. Nelson Marchezan, que saiu de férias. Não é preciso falar mais nada, o povo saberá o que passa pelas nossas cabeças e o que passa pela cabeça do povo. Em defesa de Porto Alegre, por uma Cidade para as pessoas, uma Cidade inclusiva, que respeite as crianças, os adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência, nós continuamos peleando, como diz a gauchada, mesmo que seja no topo da adaga. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente desta sessão, Ver. Reginaldo Pujol, vice-presidente da Câmara de Vereadores, meu grande amigo, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, obrigado pela cedência do tempo de liderança do Democratas.

Mas eu quero aqui falar um pouco, também, sobre os estacionamentos de Porto Alegre, sobre os ditos locais que hoje são dominados pelos que usam jaleco como se fossem os credenciados para promover o estacionamento e fixar valores para que quem chega a um local, principalmente na nossa orla, tendo que pagar para aquelas pessoas. Se não pagar, não se sabe como é que fica o veículo no final do dia. É lamentável que quem quiser vir de carro na nossa orla aqui do Gasômetro tenha que pagar de R\$ 20,00 a R\$ 30,00 para o guardador de carro, que não sabemos se guarda, porque, para receber, ele ali está, mas não ficará cuidando o carro, nós sabemos. E, infelizmente, nós ficamos submetidos a essas questões, a essa obrigação, com medo, justamente, de que eles possam danificar o veículo. Temos a notícia de que, no aniversário de Porto Alegre, nós teremos ali um grande estacionamento que vai proporcionar que todos os veículos que ficam naquela parte do Parque Harmonia possam utilizar aquele espaço que será de todos. Mas também nós temos que ver a que preço. Se for ao preço daquele estacionamento que devia ser popular, porque é em cima de um *shopping* popular, que é o camelódromo, o cidadão vai pagar R\$ 50,00 por dia para deixar o carro ali estacionado. Aquele estacionamento que é no Centro da Cidade. E a maioria dos estacionamentos, Ver. Janta, não pagam tributação. Entram e saem, dão o ticket, estacionou tantas horas e tal, e eu não vejo ali destacado qual o imposto sobre o serviço que está pagando para o Município. E ali, meus amigos, a primeira hora custa R\$ 10,00, os próximos trinta minutos custam mais R\$ 5,00 e assim vai; meio turno custa R\$ 40,00 e um dia inteiro custa R\$ 70,00. Isso é um absurdo! É um absurdo o valor dos estacionamentos de Porto Alegre. Aliás, na Av. Mauá e na Av. Júlio de Castilhos, hoje é moda aquelas entradinhas naqueles prédios em ruínas, pois a maioria está assim, com estacionamento. Hoje é moda que esses prédios que não têm mais condições sejam transformados em estacionamento. Entram pela Av. Júlio de Castilhos e saem pela Av. Mauá, ou ao contrário. Na semana passada um cidadão foi sair de um estacionamento na Av. Júlio de Castilhos, esquina com a Chaves Barcellos, e saiu direto no meio dos veículos, causando um grande acidente naquele local. Então está na hora de uma fiscalização forte sobre os nossos estacionamentos de Porto Alegre, porque eu tenho certeza de que alvará não tem. Dizer que um estacionamento daquele tipo na Av. Júlio de Castilhos ou na Av. Mauá tem alvará é impossível, porque o prédio não tem PPCI, não tem nada, não tem condições, sequer, de estabelecer um comércio naquele local. Às vezes nós temos um comerciante que quer trabalhar direitinho, montando seu comércio, e há dificuldade de ter toda a legalização porque não tem o PPCI, não foi feito no condomínio. E as instalações desses estacionamentos não têm uma fiscalização pelo Corpo de Bombeiros. Mas tem um estacionamento hoje em Porto Alegre, Ver. Adeli, que está totalmente privatizado, uma área pública, área nobre, no Parque Marinha do Brasil, em frente ao Shopping Praia de Belas, ali era ocupado pelas pessoas que fossem ao Parque Marinha, ali a SMAM controla, tem uma sede, para as pessoas que

vão ali jogar o seu futebol, fazer suas caminhadas e ali estacionam. Hoje não é. Hoje é um estacionamento privado, paralelo ao Shopping Praia de Belas. Aquele estacionamento é tomado conta por oito, dez pessoas, começa na entrada, em cada acesso interno, toda aquela parte que tem justamente daquela área grande do Parque Marinha do Brasil, que é da SMAM, que seria para estacionar, eles colocam os veículos ali para estacionar, inclusive há quatro vagas para deficientes e quatro vagas para idosos, e mais aproximadamente 150 vagas que os flanelinhas – ali são flanelinhas, eles não usam jalecos, são pessoas bem arrumadas – controlam: um fica na porta de entrada e outro na porta de saída, cobram de todo mundo de R\$ 2,00 a R\$ 5,00. Imaginem a rotatividade que tem aquilo ali. Então, vamos fazer o seguinte: eu vou pedir para a EPTC colocar parquímetros ali, para que ali seja um serviço público que cobre estacionamento, e daí se sabe que pode ficar por até duas horas. Porque hoje tem um estacionamento nas laterais e, no meio, eles colocam carros dos dois lados. Então, para manobrar tem que pedir, por favor, para alguém tirar o veículo que está no meio, trancando, para poder fazer a saída do seu veículo. Então, fica aqui um pedido para a EPTC, que preste a atenção e que coloque ali parquímetros nesse local para evitar o que está hoje ocorrendo nesta Capital. Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1376/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 169/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Ayrton dos Anjos.

PROC. Nº 041/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/18, de autoria da Mesa Diretora, que cria 1 (um) cargo e extingue, quando vagar, 1 (um) cargo de Procurador no Quadro dos Cargos Efetivos, constante no art. 9º da lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 - que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências -, e alterações posteriores.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1295/18 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 006/18, de autoria do Ver. Luciano Victorino, que altera o art. 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, ampliando o rol de atos de discriminação passíveis de penalidade de

multa até cassação de alvará de instalação e funcionamento dos estabelecimentos que pratiquem atos de discriminação.

PROC. Nº 1370/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 164/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Marcelo Feijó de Medeiros.

PROC. Nº 1380/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 172/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Walton Pontes Carpes o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Quatro Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro, localizado no Bairro Vila Nova.

PROC. Nº 1385/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 176/18, de autoria do Ver. Giovane Byl, que inclui a efeméride Data Comemorativa ao Dia do Skate – Skate All Day – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de junho.

PROC. Nº 0677/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/18, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede a Comenda Porto do Sol ao Instituto Geral de Perícias (IGP).
Com Substitutivo nº 01.

PROC. Nº 1364/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 038/18, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação Brasileira dos Usuários de Rodovias – ABUR Brasil.

PROC. Nº 1393/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Amauri Beltrão de Castro.

PROC. Nº 1407/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/18, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o Diploma Honra ao Mérito à entidade CTG Pousada da Figueira.

PROC. Nº 0010/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/19, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Benedito Tadeu César.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, pedi para falar neste momento porque hoje há dois projetos de minha autoria em Pauta, os dois são títulos. Não é muito comum eu conceder títulos, mas hoje eu vou explicar a razão deles. O

primeiro deles, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Roberto Robaina, é para a Associação Brasileira dos Usuários de Ruas, Estradas e Rodovias – ABUR, que é uma associação que trata dos problemas gravíssimos que temos nas nossas rodovias, com os gravíssimos acidentes, haja vista a não ampliação da BR 290. Por sinal, no dia 23, vai ter um ato público ali na região de Eldorado do Sul, em direção a arroio dos Ratos, Butiá, exatamente pelo elevadíssimo numero de acidentes que há naquela rodovia.

Recentemente, em novembro, aqui em Porto Alegre, foi realizado o Rali dos Buracos da Capital, numa promoção dessa Associação Brasileira dos Usuários de Rodovias, o que irritou o prefeito Nelson Marchezan, que disse que o presidente era do PT, que tinha sido candidato a prefeito numa cidade do interior do Estado, etc e tal. Como se fosse proibido ser candidato a prefeito. Ele só é prefeito porque foi candidato. Como se fosse proibido ser de um partido, eu sou do PT, ex-presidente do PT, e ele é do PSDB. Nós estamos numa democracia, num Estado Democrático de Direito, o que alguns querem terminar. Nós vamos lutar, como lutamos contra a ditadura, pela democracia, pela liberdade. Eu me orgulho de ter estado nessa peleia muitas e muitas vezes, assim como estaremos agora no *front* da democracia contra o fascismo. Essa é a nossa tarefa. O outro título tem a mesma dimensão. É para o professor Benedito Tadeu César, um dos grandes estudiosos das ciências sociais do nosso País, um estudioso que tem frequentado os meios de comunicação e debatido temas da atualidade. Portanto, hoje, tenho o orgulho de ter esses dois projetos meus na Pauta. Eles, agora, vão para as comissões, para a CCJ. Com a nossa mudança no Regimento, eles vão tramitar com uma certa urgência nas comissões, e nós poderemos dar esses dois títulos ainda neste ano. Por isso, orgulho-me de poder dar esse título que a Câmara oferta para a Associação Brasileira dos Usuários de Rodovias – ABUR Brasil, e para o Benedito Tadeu César. Pela Cidade, pela paz nas estradas, pela democracia, a peleia continua. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo Ofício nº 076/GP, de 13 de fevereiro de 2019 (Proc. nº 044/19 – PLCE nº 002/19). (Lê.): “Senhora Presidente: Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo inc. VII do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o anexo Projeto de Lei Complementar que altera o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre e legislação análoga, dispondo sobre algumas vantagens que são fatores de aumento vegetativo da folha de pagamento. A justificativa que acompanha o Expediente evidencia as razões e a finalidade da presente proposta. Atenciosamente, Nelson Marchezan Júnior, Prefeito de Porto Alegre”.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, queria falar em Pauta sobre o PLL nº 176/18, de autoria do Ver.

Giovane Byl, do meu partido, o Solidariedade, o mais jovem membro desta Casa, que deverá novamente estar aqui presente com os pares na próxima semana. É um projeto que coloca no Calendário de Oficial da nossa Cidade o Dia do Skate. Nós temos várias datas comemorativas, e o Giovane Byl propôs essa, por ser uma pessoa que pratica esse esporte, um esporte que tem entrado muito na periferia da nossa Cidade, fazendo um trabalho social muito grande. Uma das melhores pistas de *skate* de rua e escada é a rampa e a escada aqui da Câmara de Vereadores, onde já por dois anos ocorre o circuito de rua de Porto Alegre, onde o nosso colega e membro desta Casa, Giovane Byl, vem participando, junto com várias personalidades do mundo do *skate* até em nível mundial. Então, eu queria enaltecer essa proposta do Giovane Byl.

Não faz parte de nenhum projeto nosso, mas queria também aproveitar aqui para lembrar o grande feito de ontem na nossa Cidade, feito pelo casal Alexandre Grendene e Nora Teixeira, que permitirá que a nossa Cidade comece a contar com uma UTI na Santa Casa. Esse casal doou mais de R\$ 40 milhões para serem abertos leitos e para ser ampliada a UTI da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Que bom seria, e que Oxalá permitisse, que todos os capitalistas, todas as pessoas que fazem fortuna fizessem essa parte boa. Esse casal já construiu um hospital veterinário na nossa cidade de Porto Alegre e agora faz esse gesto de bondade destinando essa fortuna, um prêmio de Mega-Sena, de loteria, para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre construir e ampliar o número de leitos. Então, eu queria aqui, como membro desta Casa, como um representante desta Casa, da população de Porto Alegre, agradecer ao Alexandre Grendene e a Nora Teixeira esse gesto de grandeza deles visando atender ao Sistema Único de Saúde, às pessoas mais pobres da nossa cidade de Porto Alegre.

Queria saudar o conselheiro tutelar da nossa região do Partenon, o Tatau, seja bem-vindo a esta Casa. O Tatau vem tendo um grande trabalho no Conselho Tutelar, juntamente com o Márcio, do hospital – sejam bem-vindos aqui. Era isso, Sr. Presidente, que nós tínhamos para tratar sobre os projetos que estão em Pauta, e esse projeto do nosso amigo, parceiro Giovane Byl, que trata de incluir no calendário de Porto Alegre o Dia do Skate. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Está encerrado o período de discussão de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h06min.)

* * * * *